



Capítulo 1

CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA



CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA

CRIMINALIZATION OF ABORTION AND IMPLICATION ON PUBLIC HEALTH

Cicera Eduarda Almeida de Souza¹

Francisca Maêdya Fernandes Cruz²

Layanne Cavalcante de Moura³

Maday Cronemberger Miranda⁴

Monique Souza Campos⁵

Dirce Rodrigues Vitorio Pacheco⁶

Ayara Almeida Souza Cabral⁷

Luiz Henrique Abreu Belota⁸

Arthemis Vieira Benevides Ferreira⁹

Leandro Luís Sotério Lima¹⁰

Idel de Oliveira Martins¹¹

Dheyvison dos Santos Luiz¹²

-
- 1 Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Maria
 - 2 Enfermeira, Unifor - Universidade de Fortaleza
 - 3 Médica, Mestranda em Saúde da Mulher pela UFPI
 - 4 Enfermeira, Faculdade Santo Agostinho
 - 5 Enfermagem, UNAMA
 - 6 Enfermeira, Doutoranda em Saúde Pública, UCES
 - 7 Farmácia, Universidade Federal do Pará
 - 8 Medicina, Universidade do Estado do Amazonas
 - 9 Medicina, Universidade do Estado do Amazonas
 - 10 Medicina, UniRV
 - 11 Enfermagem, Universidade de Rio Verde- Campus Rio Verde
 - 12 Enfermagem, UNOPAR



Resumo: Introdução: Quando o aborto é realizado de forma ilegal, em serviços clandestinos, este procedimento pode resultar em amplos riscos para a saúde da mulher, com riscos de danos irreversíveis e até mesmo a morte. Nesse desfecho, a realização deste estudo, justifica-se pela sua relevância acadêmica, científica e social, pautada em apresentar os principais desfechos relacionados aos riscos do aborto ilegal, devido à criminalização do procedimento no Brasil. Objetivo: Evidenciar as implicações do aborto para a saúde pública. Metodologia: Trata-se de um estudo qualitativo realizado através de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio de um levantamento de dados nas bases científicas: LILACS e MEDLINE. Resultados e Discussões: As evidências apresentam que a criminalização não reduz a incidência de abortos. Assim, a função preventiva da punição não é alcançada. Assim, em relação a vários fatores envolvidos, bem como, circunstâncias existentes, é notório que o aborto viola diversos direitos de saúde e bem-estar da mulher. Os riscos que o aborto pode provocar, incluem: sangramento intenso, infecções e perfuração do útero e órgãos adjacentes, retenção placentária, infecções subseqüentes, peritonite, tétano e sepse. Mesmo que a mulher sobreviva as complicações do aborto, os danos à saúde podem ser irreversíveis, como dores abdominais crônicas e infertilidade. Conclusão: Com isso, este estudo constata que, com a criminalização do aborto no país, as mulheres recorrem a métodos não convencionais e caseiros, arriscando a saúde e a vida. Episódios que começam com uma tentativa de aborto e terminam com a morte não são incomuns. Portanto, o que está em jogo para essas mulheres é mais do que o controle de seus corpos, autonomia de vontade, planejamento familiar e seu próprio direito de viver e mantê-lo.

Palavras-Chaves: Aborto; Aborto induzido; Mortalidade materna; Saúde pública.



Abstract: Introduction: When abortion is performed illegally, in clandestine services, this procedure can result in extensive risks to the woman's health, with risks of irreversible damage and even death. In this outcome, this study is justified by its academic, scientific and social relevance, based on presenting the main outcomes related to the risks of illegal abortion, due to the criminalization of the procedure in Brazil. Objective: To highlight the implications of abortion for public health. Methodology: This is a qualitative study carried out through an integrative literature review, carried out through a survey of data in the scientific bases: LILACS and MEDLINE. Results and Discussion: The evidence shows that criminalization does not reduce the incidence of abortions. Thus, the preventive function of punishment is not achieved. Thus, in relation to the various factors involved, as well as existing circumstances, it is clear that abortion violates a number of women's health and well-being rights. The risks that abortion can cause include: heavy bleeding, infections and perforation of the uterus and adjacent organs, placental retention, subsequent infections, peritonitis, tetanus and sepsis. Even if the woman survives the complications of the abortion, the damage to her health can be irreversible, such as chronic abdominal pain and infertility. Conclusion: With this, this study finds that, with the criminalization of abortion in the country, women resort to unconventional and homemade methods, risking their health and life. Episodes that begin with an attempted abortion and end in death are not uncommon. Therefore, what is at stake for these women is more than the control of their bodies, autonomy of will, family planning and their own right to live and maintain it.

Keywords: Abortion; Induced abortion; Maternal mortality; Public health.

INTRODUÇÃO

O aborto, só é permitido no Brasil, em alguns casos, em específico para mulheres grávidas



com risco de vida, estupro e anencefalia fetal. Assim, esses são os únicos casos em que a legislação brasileira permite e qualquer outra situação é classificada como crime. Já houve algumas tentativas para a prática ser legalizada no país, embora, nenhum, foi permitido (Z AHLUTH et al., 2018).

Uma pesquisa, realizada pelo *Perceptions of Abortion in Brazil*, estima que mais de 500.000 abortos são realizados a cada ano no Brasil. No entanto, esses dados não são legíveis, pois, a maioria destes procedimentos, são realizados de maneira ilegal (SCALZER, 2022).

De acordo com o Ministério da Saúde Somente em 2019, 195 mil pacientes internadas com complicações relacionadas ao aborto foram cadastradas no Sistema Único de Saúde (SUS), segundo o Ministério da Saúde. No Brasil, o artigo 124 do Código Penal criminaliza a mulher que “praticar aborto por conta própria ou com consentimento de outrem”, enquanto os artigos 125 e 126 criminalizam terceiros que praticam abortos sem ou com o consentimento da gestante (SILVA et al., 2022).

Assim, há consequências criminalizantes no sentido de exacerbar as desigualdades estruturais que tantas mulheres brasileiras sofrem. Uma pesquisa recente mostrou que 41% dos brasileiros se opõem a qualquer forma de aborto, e razões religiosas, morais ou outras continuam sendo um argumento para mantê-lo criminalizado (RESENDE; MIOTTO, 2022).

Ao mesmo tempo, há apelos crescentes pelos direitos das mulheres de fazer essa escolha por qualquer motivo. Embora a restrição seja apoiada pela maioria da política brasileira, ela pode ter efeitos psicológicos e físicos em mulheres que engravidam acidentalmente ou realizam a prática de forma ilegal ou em serviços clandestinos (COSTA; MENDONÇA, 2022).

Frente ao exposto, quando o aborto é realizado de forma ilegal, em serviços clandestinos, este procedimento pode resultar em amplos riscos para a saúde da mulher, com riscos de danos irreversíveis e até mesmo a morte. Nesse desfecho, a realização deste estudo, justifica-se pela sua relevância acadêmica, científica e social, pautada em apresentar os principais desfechos relacionados aos riscos do aborto ilegal, devido à criminalização do procedimento no Brasil.



OBJETIVO

Evidenciar as implicações do aborto para a saúde pública.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo realizado através de uma revisão integrativa da literatura, baseada em artigos que expõem informações importantes acerca do tema que está sendo estudado, levando em consideração que uma revisão integrativa, é utilizada com o propósito de fundamentar teoricamente o assunto que está sendo tratado, se baseando em artigos ou livros de outros autores que previamente pesquisaram a respeito do assunto (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011).

A elaboração desta pesquisa ocorreu mediante a estratégia metodológica proposta por Mendes; Silveira; Galvão (2008), onde as etapas seguidas foram respectivamente 1) escolha do tema e questão de pesquisa, 2) delimitação dos critérios de inclusão e exclusão, 3) extração e limitação das informações dos estudos selecionados, 4) análise dos estudos incluídos na revisão, 5) análise e interpretação dos resultados e 6) apresentação da revisão ou síntese do conhecimento.

Diante do exposto, a questão norteadora desta pesquisa é a seguinte: Quais as implicações do aborto para a saúde pública?

O levantamento bibliográfico dos artigos primários foi realizado nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analyses and Retrieval System On-line (MEDLINE). Nas bases de dados mencionadas foram aplicados o método de busca avançada, categorizando os títulos e resumos, onde empregará a busca por meio do cruzamento dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Aborto; Aborto induzido; Mortalidade materna e Saúde pública, por meio do operador booleano AND.

Por conseguinte, foram aplicados os seguintes critérios: artigos completos, disponíveis para



download e leitura na íntegra; publicados no idioma português, nos últimos 05 anos. Após a realização da busca, realizou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos identificados nas bases científicas. Posteriormente, foram aplicados os critérios de elegibilidade, incluindo os artigos que versassem sobre a temática e respondessem o objetivo do estudo, excluindo os artigos duplicados nas bases de dados supracitadas.

Através do levantamento de dados, emergiram na literatura 45 estudos, com a leitura dos títulos e resumos, este número diminuiu para 26, mediante aplicabilidade dos critérios de elegibilidade, os números reduziram para 15 e com a leitura na íntegra, selecionou-se 6 para análise dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante análise dos estudos evidenciados, destacou-se na literatura os principais desfechos referentes aos riscos e danos que o aborto ilegal pode causar. Assim, pode-se constatar que o aborto inseguro ocorre predominantemente em países onde existem leis que criminalizam ou restringem severamente o acesso das mulheres a realização do aborto (SCALZER, 2022).

As evidências também apresetam que a criminalização não reduz a incidência de abortos. Assim, a função preventiva da punição não é alcançada. Assim, em relação a vários fatores envolvidos, bem como, circunstâncias existentes, é notório que o aborto viola diversos direitos de saúde e bem-estar da mulher (REZENDE, 2022).

Aliado a isso, o aborto também põe em risco, o direito à autonomia e liberdade humana, direitos sexuais e reprodutivos, integridade física e mental, bem como a igualdade de gênero. Além disso, viola o princípio da igualdade de não discriminação. Nesse desfecho, quando as mulheres optam por realizarem práticas ilegais, as complicações podem ser perigosas (LUNA; PORTO, 2023).

Os riscos que o aborto pode provocar, incluem: sangramento intenso, infecções e perfuração do útero e órgãos adjacentes retenção placentária, infecções subseqüentes, peritonite, tétano e seps.



Mesmo que a mulher sobreviva as complicações do aborto, os danos á saúde podem ser irreversíveis, como dores abdominais crônicas e infertilidade (COSTA; MENDONÇA, 2022).

Em consonância a isso, também constata-se na literatura que as mulheres que cometem crimes de aborto são mulheres que possuem traços de vulnerabilidade, baixa escolaridade, baixa renda, negras e que não possuem acesso á metodos contraceptivos ou á um planejamneto familiar. Além disso, também é importante destacar, que a maioria dos abortos, é realziado por mulheres que sofreram violência (COSTA; MENDONÇA, 2022).

Essa lista de complicações tende a crescer à medida que a gravidez avança. Isso porque quanto mais desenvolvida a criança, pior ela afeta a mulher. Certos métodos também aumentam os efeitos do aborto. Por exemplo, 20-30% dos abortos realizados por aspiração ou curetagem fetal dilatada (CD) prejudicam a fertilidade feminina e a função reprodutiva (BOMFIM et al., 2021).

CONCLUSÃO

Com isso, este estudo constata que, com a criminalização do aborto no país, as mulheres recorrem a métodos não convencionais e caseiros, arriscando a saúde e a vida. Episódios que começam com uma tentativa de aborto e terminam com a morte não são incomuns. Portanto, o que está em jogo para essas mulheres é mais do que o controle de seus corpos, autonomia de vontade, planejamento familiar e seu próprio direito de viver e mantê-lo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Matheus Pereira de Freitas. Descriminalização do aborto é a solução em uma sociedade polarizada? Research, society and development. 2021.



BOMFIM, Vitoria Vilas Boas da Silva et al. Criminalização do aborto e a saúde pública no Brasil. Research, society and development. São Paulo. Vol. 10, no. 9 (2021), e14210917601, 7 p., 2021.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CORRÊA, Andressa Andrade et al. A criminalização do aborto no Brasil: suas implicações na vida na mulher e na saúde pública. Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior, v. 13, n. 1, p. 18-18, 2021.

COSTA, Isabella Baptista; MENDONÇA, Marcos Antônio. Aborto como questão de saúde pública: epidemiologia nacional dos óbitos por aborto de 2008 a 2018. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 6, p. 240-251, 2022.

HENRIQUES, Jessica Petrovich. A ineficiente política da criminalização do aborto: um estudo comparativo entre brasil e Uruguai. Revista FIDES, v. 7, n. 1, 2016.

LUNA, Naara; PORTO, Rozeli. Aborto, valores religiosos e políticas públicas: a controvérsia sobre a interrupção voluntária da gravidez na audiência pública da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal. Religião & Sociedade, v. 43, p. 151-180, 2023.

LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira. Meninas negras, violência e aborto: um diálogo com Debora Diniz. Argumentum, v. 15, n. 1, p. 16-22, 2023.



MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto-enfermagem*, v. 17, p. 758-764, 2008.

REZENDE, Giovanna Franche; DITTRICH, Alexandre. Argumentos sobre a descriminalização do aborto no Brasil sob a ótica da análise de consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, v. 13, n. 1, p. 247-270, 2022.

RESENDE, Jasmin Júlia Soares; MIOTTO, Maria Luiza Rezende. A Criminalização do aborto paralelo ao direito constitucional de escolha. *Repositório Animaeducação*. 2022.

SILVA, Silfarney Gomes et al. Aborto: análise das recentes modificações legais e suas implicações éticas. *Saúde Ética & Justiça*, v. 27, n. 1, p. 18-27, 2022.

SCALZER, Kennia. Proibição do aborto no Brasil e suas implicações. *Intrépido: Iniciação Científica*, v. 1, n. 1, 2022.

ZAHLUTH, Carolina Messeder; LIMA, Maria Lúcia Chaves; DIAS, Bárbara Lou da Costa Veloso. Caça às bruxas: a criminalização do aborto e as implicações para as mulheres na atualidade. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 10, p. 297-316, 2018.

